

# RELATÓRIOS DE ADESÃO E DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL POR EMPRESAS BRASILEIRAS

## REPORTS OF ADHERENCE AND DISSEMINATION OF INFORMATION ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL BY BRAZILIAN COMPANIES

Fabiane Zoraia Tribess-Ono\*

Laurindo Panucci-Filho\*\*

### RESUMO

O presente artigo investiga a adesão e a divulgação das informações de natureza social e ambiental por empresas brasileiras, e a adoção do Balanço Social ou Relatórios de Sustentabilidade em ações que contribuam com o bem estar da sociedade em geral. A pesquisa teórica foi predominantemente bibliográfica, e a coleta de dados se deu por meio da tipologia documental, a qual se obteve dados para serem analisados de forma qualitativa. O objetivo da pesquisa foi identificar quais os modelos de relatórios mais difundidos atualmente, e quais deles são os adotados por empresas brasileiras. Os resultados da pesquisa demonstram que os modelos de relatórios mais difundidos atualmente estão sendo adotados por empresas brasileiras (Ibase, Ethos e GRI), as quais apresentaram acentuada adesão durante o final da década de 1990 e meados da de 2000, de onde se observa estabilidade relativa em número de empresas. Mesma característica se observou nas empresas de todo o mundo, onde as empresas que mais adotam e divulgam relatórios de sustentabilidade encontram-se na Europa, e as que menos adotam e divulgam seus relatórios de sustentabilidade estão no continente Africano.

Palavras-chave: Balanço Social. Relatórios de Sustentabilidade. Contabilidade Ambiental.

### ABSTRACT

This paper investigates the adherence and dissemination of information on social and environmental by Brazilian companies and the adoption of the Social and Sustainability Reporting on actions that contribute to the welfare of society in general. The research was predominantly theoretical literature and data collection was done through the documental typology, which was obtained data to be analyzed qualitatively. The objective of this research was to

identify which models most widespread reports today and which ones are adopted by Brazilian companies. The research result shows that the models of reports which are currently being adopted by Brazilian companies (IBASE, Ethos and GRI), which showed strong adherence during the late 1990s and mid-2000, where stability is observed relative number of companies. Same feature was observed in companies around the world, where companies that adopt and disclose sustainability reports are in Europe and the least adopt and disclose their sustainability reports are on the African continent.

Keywords: Report Social. Sustainability Reporting. Environmental Accounting.

## 1 INTRODUÇÃO

Toda empresa com interesse em demonstrar à sociedade suas práticas de valorização e melhoria da qualidade de vida dos funcionários, bem-estar da sociedade e do meio ambiente, pode demonstrar suas ações por meio do Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade.

Embora tenha sua origem na Contabilidade, o Balanço Social não deve ser visto como um demonstrativo meramente contábil, mas como uma forma de explicitar a preocupação das empresas com o cumprimento de sua responsabilidade social (GODOY, 2007).

O Balanço Social não é apenas uma demonstração endereçada à sociedade, mas é uma ferramenta gerencial, estratégica à governança corporativa, pois reúne dados qualitativos e quantitativos de relações da

empresa com a sociedade e o meio ambiente, e também informações financeiras, passíveis de comparação e análise conforme interesse dos usuários internos (KROETZ, 2000; TORRES; MANSUR, 2008).

Martins e De Luca (2004), defendem que as informações de natureza social apresentadas no Balanço Social, como níveis de emprego, condições de higiene e segurança no trabalho, proteção do meio ambiente, entre outras, são complementares às tradicionais informações dos demonstrativos contábeis.

O Balanço Social só pode existir a partir da aceitação de uma responsabilidade social das organizações empresariais. Enquanto "os próprios relatórios sociais legitimam o debate sobre as ações sociais das empresas em relação à sociedade", pois contêm informações mensuráveis dos impactos sociais promovidos pela atividade empresarial (SIQUEIRA, 2009, p. 10).

Este instrumento é percebido como um demonstrativo que também possui funcionalidade gerencial, por ser composto por indicadores econômicos, ambientais e sociais, e apresentar mudanças na qualidade de vida de parcela da população ou de grupos específicos, entretanto, o ideal é que contemple igualmente fatores negativos relacionados às atividades da empresa.

Por vezes o relatório social é considerado um forte instrumento para a política de relações públicas da empresa, em geral, nele são abordados aspectos positivos, negligenciando a verdadeira evidenciação do papel social da organização (SILVA; FREIRE, 2001).

No Brasil, as empresas costumam utilizar principalmente três modelos de balanço social: Ibase, Instituto Ethos e *Global Reporting Initiative* (GRI), e devem vê-lo como uma forma de expressar preocupação com o cumprimento de sua responsabilidade social, e não como mero demonstrativo contábil (GODOY, 2007). Frente ao dilema de que as

empresas devem utilizar as informações contábeis para informar suas ações, surge a questão que norteia esta pesquisa: *Em que estágio se encontra a adesão e a divulgação das informações na natureza social e ambiental por empresas brasileiras?*

Para alcançar a resposta a esta questão, os objetivos da pesquisa procuram identificar quais os modelos de relatórios mais difundidos atualmente e quais deles são os adotados por empresas brasileiras. O artigo se justifica pela crescente discussão em torno da sustentabilidade e bem estar social sem que hajam muitos estudos difundindo a adesão de empresas sobre o tema.

### 1.1 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS VOLTADOS AO BEM-ESTAR SOCIAL E AMBIENTAL

As demonstrações de cunho contábil, não se restringem aos demonstrativos financeiros. Na década de 1990, especialmente a partir de 1997 acompanhou-se no Brasil a disseminação da idéia e a adesão voluntária de empresas à confecção de um demonstrativo que levava a público o resultado de ações sociais e ambientais.

Ações estas, que visam à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, e da sociedade como um todo, com atenção às condições ambientais, zelando pela preservação, recuperando áreas degradadas e à reciclagem.

Então, as demonstrações contábeis aprimoram-se com o objetivo de agregar informações sociais e ecológicas às financeiras/patrimoniais, e proporcionar à sociedade uma alternativa de análise e avaliação da ação das entidades públicas e privadas no uso dos recursos naturais disponíveis e na eficácia da gestão patrimonial, com os respectivos resultados acrescentados ou adicionados aos trabalhadores ou à comunidade em geral (KROETZ, 2000).

Este demonstrativo, conhecido por Balanço Social, doravante denominado Relatório de Sustentabilidade, voltado a evidenciar ações sociais e ambientais, deve ser elaborado levando em conta os Princípios Fundamentais da Contabilidade, considerando ainda a Teoria da Contabilidade, em questões controversas, que nem sempre são abordadas nos princípios.

Apesar da existência de modelos de Balanço Social, inexistem um modelo padrão a ser adotado, contudo, Kroetz (2000) considera que ao seguir alguns princípios, como: pertinência, objetividade, continuidade, uniformidade, consistência ou certificação, é possível organizar as informações contidas no demonstrativo.

A inexistência de rigidez pré-determinada abre espaço à criatividade, entretanto é preciso estar atento à necessidade de incluir dados quantitativos que permitam demonstrar o número de ações desenvolvidas pela empresa. Isto favorece o estabelecimento de metas e o acompanhamento continuado, possibilitando verificar os resultados, programar atividades corretivas e desenvolver novas ações.

Na seqüência apresenta-se a história do Balanço Social no Brasil, suas características e principais modelos utilizados pelas empresas brasileiras.

#### 1.1.1 O surgimento do balanço social

A Alemanha é apontada por alguns pesquisadores como o local onde teria iniciado, na década de 1920, o esforço inicial para apresentação de um informe cujo conteúdo seria similar ao que hoje se chama Balanço Social. Sá (1995) considera que o balanço social foi desenvolvido na década de 1950, apesar da empresa alemã AEG tê-lo publicado em 1939.

Em suas investigações, Tinoco (1984) constatou que nos anos 60, as críticas ao governo Nixon (EUA) e às entidades que o

apoiavam na guerra do Vietnã, trouxeram consigo além dos pedidos de cessar guerra, exigências quanto as relações sociais internas e externas das entidades. Surgindo então as primeiras informações sociais publicadas anualmente com o balanço patrimonial.

Kroetz (2000) afirma que na década de 70, especialmente na França, pesquisadores demonstraram interesse sobre dados estatísticos relacionados aos problemas socioeconômicos, favorecendo a evolução da contabilidade e o envolvimento de seus profissionais.

Ferreira et al. (2004) explicam que alguns autores mencionam os Estados Unidos como precursor no desenvolvimento deste tipo de relatório, mas foi na França em 1977, o país no qual esta prática foi regulamentada por lei (*Lei nº 77.769 du 12 juillet 1977 relative au bilan social de l'entreprise*) à época a lei priorizou informações da área de recursos humanos. Desde então, é exigida sua publicação, contudo, efetivamente começou em 1979.

No Brasil, a primeira proposta de um balanço social aplicável à realidade brasileira surgiu em meados dos de 1976, e foi formulado por um grupo de estudiosos da responsabilidade social da empresa, ligados à Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) e à Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES).

O grupo formado por membros da ADCE e da FIDES, que desenvolvia estudos desde a década de 70, ocupou-se em acompanhar o tema "Balanço Social", observar o que era feito em outros países e analisar a forma ideal para aplicar no Brasil.

No evento organizado pela FIDES, em 1980, o "modelo" brasileiro foi considerado adequado em seus aspectos conceituais e práticos, ao final foi lançado o livro Balanço Social na América - Latina. Logo após, foram promovidos, por mais de 10 anos, seminários em vários estados da federação para divulgar e incentivar sua aplicação. E em 1991 tornou-

se objeto de anteprojeto de lei, mesmo assim, não se popularizou. Contudo, ainda na década de 90, o Balanço Social encontrou defensores de expressão, que sensibilizaram a comunidade política e empresarial brasileira para a importância de sua publicação.

O Balanço Social obteve ênfase a partir de 1997, quando o tema responsabilidade social e ambiental foi impulsionado no Brasil graças ao estímulo do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, ao mostrar que havia direitos ainda desconhecidos por grande parte da população (NOSSA; FIÓRIO; SGARBI, 2006).

Com o apoio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Betinho desenvolveu ações para implantar um Balanço Social adequado à realidade brasileira e contou com a colaboração de algumas entidades empresariais e públicas para sua concretização.

Geralmente as empresas abordam tópicos similares em seus Balanços Sociais ou Relatórios de Sustentabilidade, porém é comum existir prejuízo nas tentativas de comparabilidade das informações, dado a diversidade em especial por estar livre de padrões.

#### 1.1.2 Características do demonstrativo de ações sociais e ambientais

O demonstrativo das ações sociais e ambientais desenvolvidas por iniciativas privadas, que evidencia o lado social das empresas, a relação entre empresa, empregados, comunidade e com o meio ambiente é comumente chamado Balanço Social, também denominado: Relatório de Sustentabilidade, Relatório Social Anual, Relatório de Desempenho Sócio-ambiental, entre outros.

A iniciativa de publicar o demonstrativo reflete transparência, pois divulga informações que vão além da evidência de dados econômico-financeiros, expõe as atividades das áreas social interna, social

externa e ambiental.

Tinoco (2001, p. 34) considera que a missão da contabilidade enquanto ciência é de "reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade" àqueles que dela precisam, e assim verifica-se o quão estreitamente está ligada à finalidade do Balanço Social, dado seu poder eqüitativo e de comunicação.

Entretanto, o Balanço Social possui limitações próprias, como: privacidade (de indivíduos ou instituições); sigilo (não comprometer a eficácia ou continuidade da instituição); subjetividade (evitar expressões com duplo sentido); uniformidade ou consistência (teor comparativo), utilidade (equilíbrio da informação) e economicidade (benefício superior ao custo da informação), apresentadas por Kroetz (2000).

A elaboração e a publicação do Balanço Social pelos gestores constitui-se no melhor exemplo de *accountability*. *Accountability* representa a obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais, os *stakeholders* (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 91).

Ao divulgar os demonstrativos de ações sócio-ambientais, as empresas evidenciam informações à sociedade e, dessa forma atendem às expectativas dos *stakeholders* ao apresentar contábil e financeiramente o compromisso da empresa com atividades de cunho social. O interesse das empresas em tornar públicas ações que se distinguem de sua missão econômica, caracterizadas como de responsabilidade social, cresce ao longo

dos últimos anos. O ganho no campo econômico diz respeito à imagem de empresa cidadã e socialmente responsável é cada vez mais valorizada pelos clientes e público em geral. A causa social fortalece a dimensão ética da marca, reforçando os seus atributos simbólicos e aumenta a base de clientes, o que promove ganhos excedentes (SANTOS; HABECK; ASSUNÇÃO, 2007).

Nas próximas décadas o Balanço Social deverá assumir papel de destaque, pois "será um dos principais instrumentos a serem utilizados nas relações sociais e econômicas das sociedades e poderá auxiliar de forma competente, na avaliação e análise de seus resultados macroeconômicos" (SANTOS, 2003, p. 14).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), concorda que o Balanço Social é o melhor demonstrativo para divulgar à sociedade as ações desenvolvidas pelas empresas, como: indicadores sociais, corpo funcional, gastos e investimentos. Contudo, solicita às companhias de capital aberto apresentação de Relatório de Administração e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Companhias de capital aberto por vezes incluem informações de cunho social e ambiental no Relatório de Administração, que além de possuir linguagem menos técnica, apresentam dados e informações adicionais úteis aos usuários para a tomada de decisões. Enquanto a DVA, foca os elementos beneficiados com os recursos provenientes do desempenho da empresa: empregados, governo, acionistas, financiadores e a própria empresa a partir de suas retenções.

A divulgação do RA e da DVA, não inviabiliza a produção e divulgação do Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade, mesmo porque, os objetivos aos quais se propõem são distintos, e pode-se considerá-los complementares, visto que:

O Balanço deve demonstrar claramente

quais as políticas praticadas, seus reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar a participação delas no processo de evolução social. Sem essa prática, jamais uma empresa poderá apresentar pleno êxito em programas de qualidade, pois tal intenção exige quebra de preconceitos, transparência administrativa e uma constante e ininterrupta ligação da organização com seus funcionários, acionistas, fornecedores, sociedade em geral, entre outros interessados (KROETZ, 2000, p. 71).

Nele, o quesito transparência incorpora a exposição de todos os fatores envolvidos, entretanto, tem sido freqüente o uso do balanço social com viés positivo, com destaque principal aos aspectos benéficos da empresa em prol da sociedade, em vez de externalizar o verdadeiro papel da organização (SILVA; FREIRE, 2001).

O ponto alto das discussões sobre o balanço social é na maioria das vezes a falta de padrões para comparabilidade, o que inviabiliza análises relativas, que poderiam destacar a eficiência das empresas em áreas específicas.

A padronização dos demonstrativos sociais tende a favorecer a comparabilidade entre distintos períodos e empresas, assim como acontece com demonstrativos financeiros, além de acompanhar sua evolução e incluir a divulgação de possíveis influências negativas, geralmente negligenciadas.

A inexistência de uma forma específica tende a acarretar inconsistências até de um ano para o outro, dentro de um mesmo relatório, havendo risco de quebra na seqüência de informações, uma vez que indicadores

poderão ser incluídos ou extraídos sem motivo revelado (SIQUEIRA; VIDAL, 2003).

Há pontos conflitantes quanto a obrigatoriedade ou não da apresentação do balanço social por parte das empresas, uma corrente defende que a obrigatoriedade distorceria a natureza voluntária da ação, outra defende que a com a obrigatoriedade viria a padronização do modelo e a possibilidade de comparar as informações entre empresas até do mesmo setor.

Compreende-se que apesar do balanço social ter grande flexibilidade quanto às suas informações e proporcionar às entidades liberdade no seu preenchimento, a coleta e análise dos dados deve ser criteriosa, observando o conjunto de informações para que seu conteúdo estabeleça uma relação clara entre a empresa e a sociedade.

A inexistência de padronização quanto ao formato do Balanço Social no Brasil, torna comum o prejuízo nas tentativas de comparabilidade das informações, entretanto, há modelos nacionais e internacionais que auxiliam a identificação e coleta de dados, cuja adesão é voluntária, assim como sua publicação.

## 1.2 RELATÓRIOS DE DIVULGAÇÃO

Os modelos de relatórios sociais mais difundidos atualmente entre as empresas brasileiras são: o Balanço Social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), e o G3 desenvolvido pela *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização internacional.

As organizações têm publicado demonstrações com maior transparência e qualidade, evidenciando aspectos qualitativos do patrimônio (econômicos) e, ao mesmo tempo, a preocupação com o bem-estar social e ambiental, com vistas a atender as

exigências do mercado, formado por um público mais consciente e por investidores mais exigentes e preparados (KROETZ, 2001).

No país nenhuma entidade ou empresa está obrigada a elaborar ou divulgar Informações de Natureza Social ou Ambiental, mas aquelas que o fizerem deverão adotar a NBC T 15, que trata das Informações de Natureza Social e Ambiental, foi aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2004 e entrou em vigor em janeiro de 2006.

O interesse em divulgar ações que ultrapassam o ambiente econômico-financeiro é crescente, e as empresas brasileiras têm acompanhado a tendência mundial, aumentando a adesão ao modelo mais utilizado na atualidade, proposto pela GRI, e exibido a seguir, assim como os modelos desenvolvidos no Brasil, pelo Instituto Ethos e pelo Ibase.

### 1.2.1 Modelo do Ibase

O modelo de Balanço Social criado no Brasil foi lançado em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que o coloca como ferramenta de transparência e prestação de contas da empresa para com a sociedade.

O modelo de Balanço Social do Ibase possui 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, 51 no total, organizados em sete categorias que apresentam dados e informações de dois exercícios anuais da empresa. As sete categorias são: 1) Base de cálculo; 2) Indicadores sociais internos; 3) Indicadores sociais externos; 4) Indicadores ambientais; 5) Indicadores do corpo funcional; 6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e 7) Outras informações.

O formato do BS proposto pelo Ibase compreende uma página, que segundo a instituição, tem como objetivo "fazer com que

ele não perca sua comparabilidade nem suas principais características: a simplicidade e o fácil entendimento” (CUSTÓDIO; MOYAL, 2007b, p. 12).

Este modelo é utilizado por diversas empresas em parte pela simplicidade das informações que requer, muitas vezes, é utilizado como complemento por empresas que elaboram relatórios mais detalhados, e o Instituto Ethos incorpora parte dos temas propostos pelo Ibase em seus indicadores de Balanço Social.

### 1.2.2 Modelo do Instituto Ethos

Em 1998, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, foi criado por um grupo de empresários e executivos procedentes da iniciativa privada. Neste mesmo ano desenvolveram segundo modelo de Balanço Social no Brasil, e foi chamado manual “Responsabilidade Social nas Empresas – Primeiros Passos”.

Trata-se de uma organização não-governamental, e tem por missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (ETHOS, 2009).

Desde 2001 publica o Guia de Elaboração do Balanço Social, que incentiva as organizações a perceber quão intrinsecamente a produção do balanço social está relacionada à gestão da responsabilidade social empresarial. Em 2007 foi elaborada a sétima edição do guia, que passou a se chamar Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, a fim de elevar a qualidade, a consistência e a credibilidade dos relatórios das empresas (CUSTÓDIO; MOYAL, 2007a). O Ethos tem como associados empresas de diferentes setores e portes, cuja principal característica é o interesse às práticas da responsabilidade social.

### 1.2.3 Modelo da GRI

A *Global Reporting Initiative* (Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios) é uma organização internacional sediada em Amsterdã, na Holanda, mas que foi criada nos EUA em 1997 pela iniciativa conjunta da organização não-governamental norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e do Programa Ambiental das Nações Unidas, *United Nations Environmental Programme* (UNEP).

Trata-se de uma organização independente desde 2002, que conta com a participação ativa de representantes de diversas áreas de conhecimento, e é um centro de colaboração oficial do UNEP.

A ideia de elaborar uma estrutura para divulgar informações sobre sustentabilidade foi concebida em 1997 e, em 2000, foram lançadas as primeiras Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade GRI, atualmente denominada G3.

O relatório de sustentabilidade criado pela GRI é o modelo mais disseminado internacionalmente e encontra-se em sua terceira edição - G3, sua última revisão data de 2006. No Brasil sua utilização tem sido crescente sendo um dos modelos mais utilizados.

O modelo de relatório G3 da GRI possui 79 indicadores de desempenho distribuídos em três categorias: econômica, ambiental e social. Sua estrutura é definida, a partir destes três tipos de indicadores, compostos por seis categorias de indicadores de desempenho: econômico, do meio-ambiente, referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente; a direitos humanos e à sociedade.

Para cada indicador existe um conjunto de protocolos, que orienta o correto preenchimento, organiza e estabelece parâmetros precisos para as informações a serem divulgadas, o que confere caráter de comparabilidade entre os indicadores.

Este modelo de relatório possui detalhamento

para as seis categorias de desempenho que propõe, auxilia o reconhecimento e divulgação da informação por parte da empresa, de modo a favorecer a transparência. Detalhes sobre o conteúdo a discorrer no relatório, referente aos indicadores de desempenho ambiental.

Ao submeter o relatório à GRI, a empresa deve declarar o nível de aplicação da estrutura modelo em seu documento, para isso, há uma escala de três níveis, intitulados, C, B e A. Em cada um dos níveis os critérios de relato indicam a evolução da aplicação ou cobertura da estrutura de relatórios proposta pela GRI. E, se utilizar verificação externa para o relatório, feita por empresas especializadas, poderá ainda autodeclarar um ponto a mais em cada nível, utilizando para isto um sinal de adição, como C+, B+, A+.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois tem como objetivo primordial descrever características de determinado fenômeno e estabelecer relações entre variáveis da pesquisa (COOPER; SCHINDLER, 2003; GIL, 2009; RAUPP; BEUREN, 2008; RICHARDSON, 2007) A tipologia da investigação teórica da pesquisa é a bibliográfica, porque abrange o referencial teórico já publicado, reunindo conhecimentos em relação ao tema estudado, servindo de apoio ao levantamento da pesquisa (GIL, 2009; RAUPP; BEUREN, 2008; RICHARDSON, 2007).

Quanto à coleta de dados, a tipologia preponderante adotada é a documental, pois esta, “vale-se de materiais que ainda não

receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2009), e o tratamento desses dados serão objeto de apreciação qualitativa.

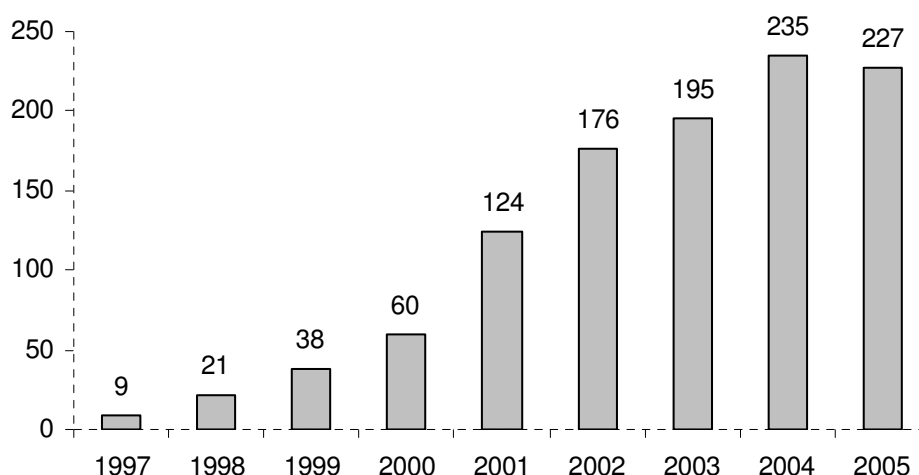
## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como o requisito da pesquisa é identificar o estágio em que se encontra a adesão e a divulgação das informações na natureza social e ambiental por empresas brasileiras, foi necessário conhecer o número de empresas que elaboram e divulgam tais demonstrativos. Estas empresas encontram-se em espaço disponibilizado pela GRI, em seu endereço eletrônico, para que os interessados registrem a adoção do modelo, com o seguinte chamado "If you publish a GRI report and you wish to be included on the list, please register your report with us! You can also register your older reports in this way". Assim, disponibilizam para o público em geral, a lista atualizada regularmente, com informações de empresas que elaboram e divulgam RS G3/ GRI no mundo desde 1999. (cf. GRI, 2009). Desta forma, identificou-se a evolução do número de empresas brasileiras que aderem aos três modelos de relatórios de sustentabilidade mais utilizados no Brasil: Ibase, Ethos e GRI.

Os balanços sociais publicados por empresas brasileiras de acordo com o modelo Ibase, apresentaram crescimento contínuo de 1997, quando as primeiras informações foram divulgadas, até 2004. As últimas informações de acompanhamento divulgadas pelo Ibase referem-se ao ano de 2005, conforme apresentado na Figura 6.

FIGURA 6 - Evolução Anual do Número de Empresas Brasileiras que Apresentaram Balanços Sociais - Modelo IBASE 1997 - 2005



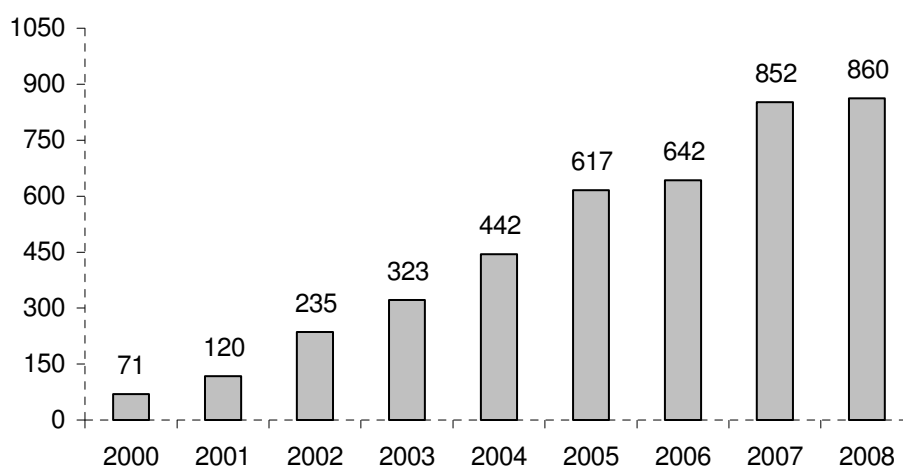


FONTE: Balanço Social, Dez Anos (IBASE, 2008)

Segundo o Instituto Ethos (2009), a evolução no número de adesões pelo modelo proposto (FIGURA 7) justifica-se pelo aumento de empresas que utilizam os indicadores como ferramentas de gestão de suas cadeias de relacionamento (cadeia produtiva e/ou cadeia

de distribuição), e a utilização por grupos regionais que promovem a responsabilidade social, ao discutir seus dilemas e procurar em conjunto caminhos que levem à consolidação de práticas socialmente responsáveis.

FIGURA 7 – Evolução Anual do Número de Empresas Brasileiras que Apresentaram Balanços Sociais - Modelo Instituto Ethos 2000 – 2008

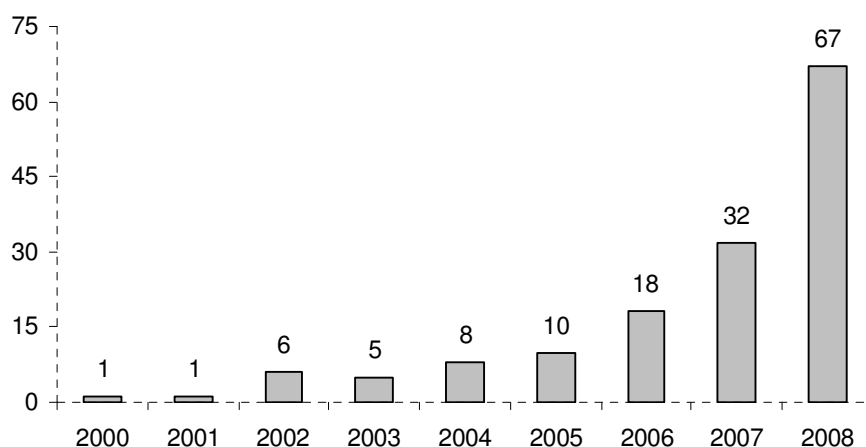


FONTE: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social (ETHOS, 2009)

A partir da observação da Figura 8 é possível acompanhar a evolução do número de empresas brasileiras que aderiram ao formato

internacional proposto pela GRI, e lançam suas informações à comparabilidade pelo mercado.

FIGURA 8 – Evolução Anual do Número de Empresas Brasileiras que Apresentaram Relatórios de Sustentabilidade - Modelo GRI 2000 - 2008

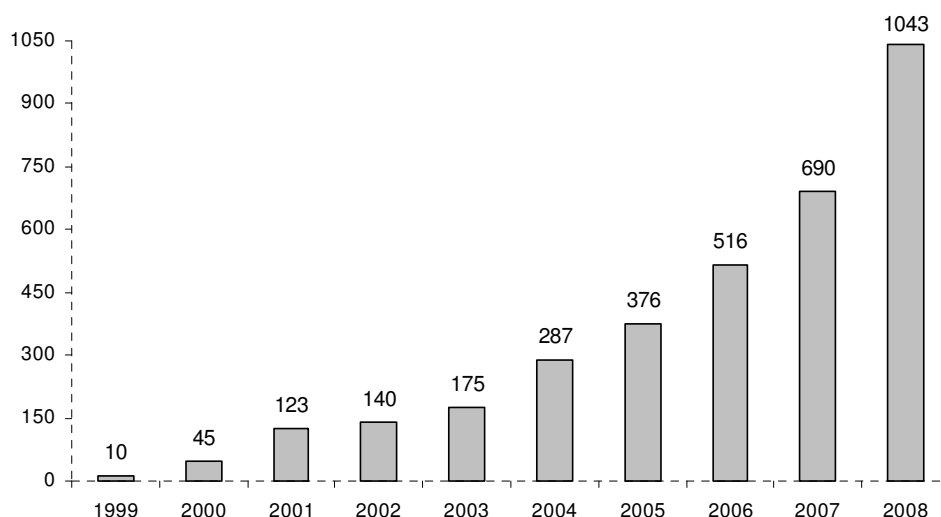


FONTE: *Gri Reports List* (GRI, 2009)

Verifica-se que a adoção do modelo da GRI pelas empresas brasileiras apresentou evolução expressiva de 2005 a 2008, crescendo respectivamente: 80%, 78% e 109%. As adesões a este modelo de relatório

de sustentabilidade cresceram expressivamente também a nível mundial ao longo dos três últimos anos, conforme se apresenta na Figura 9:

FIGURA 9 – Evolução Anual do Número de Empresas que Apresentaram Relatórios de Sustentabilidade no Mundo - Modelo GRI 1999 - 2008



FONTE: *GRI Reports List* (GRI, 2009.)

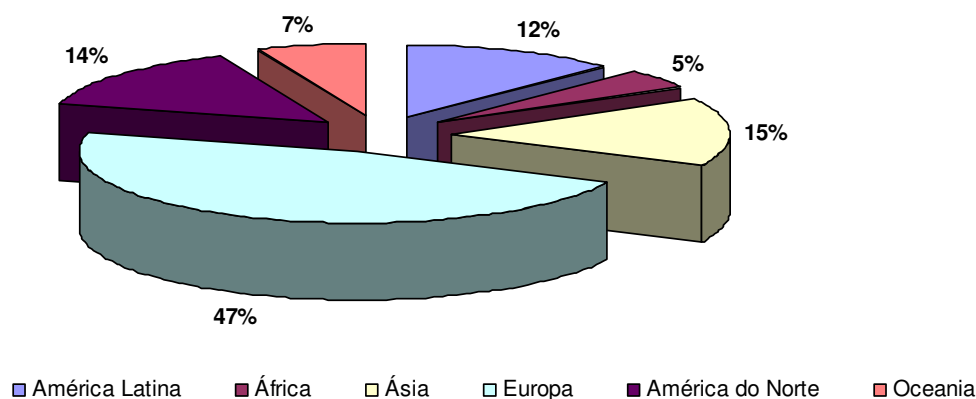
No último ano, o número de relatórios apresentados a GRI elevou-se em pouco mais

de 50%. Dos 1043 relatórios apresentados por empresas de todo o mundo, praticamente

6,5% são provenientes de empresas brasileiras, e quando distribuídos por região

(Figura 10), verifica-se que 47% são oriundos da Europa.

FIGURA 10 - Distribuição Percentual de Empresas que Apresentaram Relatórios de Sustentabilidade no Mundo, por Região - Modelo GRI 2008



Fonte: *GRI Reports List* (GRI, 2009)

A Europa é o continente que está à frente na relação por número de empresas que apresentam tais relatórios de sustentabilidade (GRI, 2009), o que é compreensível por ter sido precursora na cobrança de maior responsabilidade social pelas empresas, lá as primeiras reivindicações datam da década de 1970. Enquanto isso, no Brasil o processo está em fase de expansão, tendo conquistado em parte a aceitação das organizações e sua defesa por algumas instâncias governamentais.

#### 4 CONCLUSÃO

O estudo evidencia que a relativa preocupação com o desenvolvimento sustentável do meio ambiente e das pessoas move interesses distintos em mesma direção, e a evidenciação de práticas responsáveis de sustentabilidade converge para modelos que denotem transparência nas ações de empresas e corporações, e o Balanço Social ou Relatórios de Sustentabilidade surgem como resposta aos anseios de respeito e comprometimento com a sustentabilidade,

em geral.

Em resposta à questão norteadora da pesquisa, a adoção dos relatórios de sustentabilidade por empresas brasileiras estão em crescimento constante, desde o final da década de 1990. O que denota uma busca pelas melhores práticas de responsabilidade social e sustentabilidade no que tange o respeito ao meio ambiente e as pessoas.

Entre os relatórios de sustentabilidade mais adotados (Ibase, Ethos e GRI), os dois primeiros entraram numa relativa estagnação de crescimento, enquanto o terceiro – GRI, tem mantido o crescimento, seguindo a tendência mundial. Talvez seja uma indicativa de que empresas de todo o mundo buscam um mesmo modelo para a evidenciação de suas práticas.

O estudo destacou que tanto empresas brasileiras quanto as do mundo todo, focaram suas preocupações no sentido de produzir resultados econômicos e financeiros sem

prejudicar o desenvolvimento sustentável daqueles que indiretamente, não estão relacionados diretamente com os ganhos das empresas. Porém, a preocupação com a imagem de socialmente responsável entre as empresas de grande porte e de atividades variadas, serão as aderentes dos relatórios de sustentabilidade e divulgação da preocupação com questões ambientais e de sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

- COOPER, D. R. E.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- CUSTÓDIO, A. L. M.; MOYAL, R. (Org.). **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007**. São Paulo: Ethos, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. São Paulo: Ethos, 2007b.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (ETHOS). **Empresas Associadas (Our members list)**. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/sistemas/empresas\\_entidades/empresas\\_Seminários em Administração associadas/lista\\_geral/index.asp](http://www.ethos.org.br/sistemas/empresas_entidades/empresas_Seminários em Administração associadas/lista_geral/index.asp)>. Acesso em: 7 ago. 2009.
- FERREIRA, F. S. et al. Responsabilidade Social Corporativa no processo estratégico das organizações: uma abordagem através do Balanço Social. In: SEMEAD, 7., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/ USP, 2004.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GODOY, M. et al. Balanço Social: Convergências e Divergências entre os Modelos do IBASE, GRI E Instituto ETHOS. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 1, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 25-29.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Protocolo de limites da GRI**. v. 3, 2005. Disponível em: <[http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/CB75385-64C1-41A0-813A-416575B5B52E/0/GRI\\_boundary\\_vPort.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/CB75385-64C1-41A0-813A-416575B5B52E/0/GRI_boundary_vPort.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2008.
- \_\_\_\_\_. **G3 GRI Diretrizes para Relatórios em Sustentabilidade**. v. 3, 2006a. Disponível em: <[http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Online/LanguageSpecific/Portuguese\\_Brazilian.htm](http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Online/LanguageSpecific/Portuguese_Brazilian.htm)>. Acesso em: 17 maio 2008.
- \_\_\_\_\_. **Níveis de Aplicação da GRI**. v. 3, 2006b. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/0FF12693-CED7-4D07-847A-106BC7D4080C/0/ApplicationLevelsPRT.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2008.
- \_\_\_\_\_. **Conjunto de Protocolos de indicadores EN**. v. 3, 2006c. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/D4700B17-90BD-405D-9C62-DFE442A101D2/0/ConjuntodeProtocolosdeIndicadoresEN.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2008.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. v. 3, 2006d. Disponível em: <[http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3\\_GuidelinesPTG.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2008.
- \_\_\_\_\_. **GRI Reports List**. 02 set. 2009. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/GRIReports/GRIReportsList/>>. Acesso em: 07 ago. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Projetos de Lei - Esfera Federal**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=63&sid=10>>. Acesso em: 2 jul. 2008.
- KROETZ, C. E. S. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- \_\_\_\_\_. Contabilidade Social. In: PROLATINO-SEMINÁRIO LATINO DE CULTURA CONTÁBIL, 5., Recife, 2001. **Anais...** Recife: [s.n.], 2001.
- NOSSA, S. N.; FIORIO, S. L.; SGARBI, A. D. Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre balanço social e Demonstração do Valor Adicionado. In: CONGRESSO USP

CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, SP, 2006.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Coleta, Análise e Interpretação dos Dados. In: BEUREN, I. M. (Coord.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade** – teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 3.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, A. L. De; SÁ, A. M. L. de. **Dicionário de Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SANTOS, A. dos. **Demonstração do valor adicionado** – Como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, A. T, dos; HABECK, C. E.; ASSUNÇÃO, R. C. O. Balanço Social - Uma análise sobre a Divulgação de Informações por Empresas de Capital Aberto Selecionadas. **Revista Repensando**, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <[http://www.puccamp.br/centros/cea/ns/publicacoes/pdf/Revista\\_Eletronica\\_Repensando.pdf](http://www.puccamp.br/centros/cea/ns/publicacoes/pdf/Revista_Eletronica_Repensando.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2008.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. Balanço social abrangente: um novo instrumento para a responsabilidade social das empresas. In: ENANPAD..., 25., São Paulo. **Anais...** Campinas: [s.n.], 2001. Texto em CD Rom.

SIQUEIRA, J. R. M. Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social. In: FERREIRA, A. C.S.; SIQUEIRA, J. R.M.; GOMES, M. Z. (Org.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

SIQUEIRA, J. R. M.; VIDAL, M. C. R. Balanços sociais brasileiros: Uma análise de seu estágio atual. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E

CONTABILIDADE, 3., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [S. n.], 2003.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social**: uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade. Dissertação - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. FEA/ USP, São Paulo, SP, 1984.

\_\_\_\_\_. **Balanço Social**: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P., KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balanço Social, dez anos**: o desafio da transparência. Rio de Janeiro: Ibase, 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2414>>. Acesso em: 6 abr. 2009.

#### Dados sobre Autoria

\*Mestre em Contabilidade e Especialista em Projetos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: fztribess@gmail.com

\*\*Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá-UEM/Brasil (2001). Especialista em Contabilidade e Controladoria Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina-UEL/Brasil (2004) e, Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Faculdade Cidade Verde-FCV/Brasil (2007). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná-UFPR/Brasil (2010). É professor universitário no ensino superior e atua na área de Administração E-mail: laurindopanucci@hotmail.com

Artigo enviado em agosto de 2012 e aceito em 2013.